



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CURSO DE PSICOLOGIA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA SE PENSAR A  
POSIÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL**

THE CONTRIBUTIONS OF PSYCHOANALYSIS TO THINKING ABOUT  
THE POSITION OF BLACK WOMEN IN BRAZIL

Da Paz, Livia Rayanne Oliveira;  
Cunha, Carolina Cássia.

Corumbá, 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CURSO DE PSICOLOGIA

## **AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA SE PENSAR A POSIÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL**

### **THE CONTRIBUTIONS OF PSYCHOANALYSIS TO THINKING ABOUT THE POSITION OF BLACK WOMEN IN BRAZIL**

Da Paz, Livia Rayanne Oliveira<sup>1</sup>;  
Cunha, Carolina Cássia<sup>2</sup>.

#### **RESUMO**

Da Paz, Livia Rayane Oliveira. As contribuições da psicanálise para se pensar posição da mulher negra na sociedade. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em psicologia) – Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Pantanal – Brasil, 2024.

A mulher na Psicanálise está rodeada de suposições controversas, e a infinidade de tentativas de definição é a maior validação desta afirmação. Freud em 1924, inicia uma tentativa sistematizada de entender o Édipo a partir da perspectiva feminina, além disso houveram muitas outras tentativas e trabalhos de Freud que tentavam “desvendar” a natureza feminina. Durante as décadas de 1920 e 1930, houve intensa produção literária acerca da sexualidade feminina, principalmente por parte de psicanalistas de segunda geração, como Karl Abraham e Melanie Klein. Estes teóricos embora se opusessem às questões freudianas relacionadas ao desenvolvimento sexual feminino, utilizam-se sempre dos conceitos por ele desenvolvidos para iniciar suas formulações, ainda que para questioná-lo. Este estudo se propõe a discutir as contribuições da psicanálise para compreendermos melhor a Mulher Negra, fazendo um recorte histórico/cultural que se debruce sobre a Mulher Negra Brasileira. Foi realizado um estudo teórico, que tem como tema as contribuições da psicanálise para se pensar a posição da mulher negra na sociedade e para auxiliar na escrita do texto foi realizado um levantamento

---

<sup>1</sup> Discente de graduação em psicologia/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, Brasil E-mail: livia.paz@ufms.br

<sup>2</sup> Docente de graduação em psicologia/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, Brasil Dr. Em Psicologia Email: carolini.cunha@ufms.br

bibliográfico de publicações relacionadas ao assunto nas seguintes plataformas: SciELO, PubMed, Lilacs. Para delimitar o campo de investigação, os seguintes artigos podem ser identificados nos idiomas entre português e inglês, baseado no filtro entre os anos de 2000 a 2024, a seleção se baseou na leitura de título, resumo e descritores, tendo como critérios de exclusão: artigos de revisão sistemática, que não se encaixavam nos critérios de inclusão, publicados fora da janela de tempo estipulada, artigos duplicados, ou incompletos. O psicanalista deve considerar as questões históricas e estar atento ao seu tempo, no sentido de não se manter alheio à sociedade ao escutar o sujeito. Este possui história e diferenças, e é considerável para o processo de análise a sua fala a respeito dessa historicidade. É possível que o psicanalista seja antirracista, sem que sua prática seja na direção de fazer consistir nas identificações.

**Palavras-chave:** Psicanálise; Mulher negra; Gênero; Interseccionalidade; Sociedade

### ABSTRACT

In psychoanalysis, women are surrounded by controversial assumptions, and the countless attempts at definition are the greatest validation of this statement. In 1924, Freud began a systematic attempt to understand the Oedipus complex from a female perspective. In addition, there were many other attempts and works by Freud that attempted to “unveil” female nature. During the 1920s and 1930s, there was intense literary production about female sexuality, mainly by second-generation psychoanalysts such as Karl Abraham and Melanie Klein. Although these theorists opposed Freudian issues related to female sexual development, they always used the concepts developed by him to begin their formulations, even if to question him. This study proposes to discuss the contributions of psychoanalysis to better understand Black Women, making a historical/cultural cut that focuses on Black Brazilian Women. A theoretical study was carried out, which has as its theme the contributions of psychoanalysis to thinking about the position of black women in society and to assist in writing the text, a bibliographic survey of publications related to the subject was carried out on the following platforms: SciELO, PubMed, Lilacs. To delimit the field of investigation, the following articles can be identified in languages between Portuguese and English, based on the filter between the years 2000 to 2024, the selection was based on the reading of title, abstract and descriptors, with the following exclusion criteria: systematic review articles, which did not fit the inclusion criteria, published outside the stipulated time window, duplicate articles, or incomplete articles. The psychoanalyst must consider historical issues and be aware of their time, in the sense of not remaining oblivious to society when listening to the subject. The subject has history and differences, and their speech regarding this historicity is considerable for the analysis process. It is possible for the psychoanalyst to be anti-racist, without his practice being in the direction of consisting of identifications.

**Keywords:** Psychoanalysis; Black woman; Gender; Intersectionality; Society.

### INTRODUÇÃO

De acordo com o Atlas da Violência de 2021, a taxa de homicídios de pretos ou mestiços é 29,2 vezes maior do que a de amarelos, brancos e indígenas. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, mostra o alto grau de vulnerabilidade à violência doméstica e

ao feminicídio de mulheres negras. Uma pesquisa da Radio Agência Nacional apontou que 86% de mulheres negras relatam racismo no trabalho. A violência doméstica e familiar contra mulheres negras é um fenômeno complexo constituído por diversos fatores que amplificam um ao outro (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022).

O racismo produz sofrimento psíquico. A mulher negra sofre uma dupla opressão: por ser negra em uma sociedade racista e por ser mulher em uma sociedade machista, que discrimina mulheres. Para compreender os impactos psíquicos dessa opressão, é fundamental incluir perspectivas psicanalíticas, que analisam as significações do corpo negro a partir de referenciais históricos e socioculturais. Nesse sentido, conceitos psicanalíticos podem dialogar com campos como o feminismo negro e os movimentos sociais, ampliando a compreensão do sofrimento psicológico gerado por essas opressões. A psicanálise contribui ao explorar os significados inconscientes atribuídos ao corpo negro, que carrega uma herança de traumas históricos, como os descritos por Nogueira (2017), ao referir-se ao "apartheid psíquico". Essa noção aponta para a internalização de desigualdades raciais no nível subjetivo, perpetuando dinâmicas de exclusão.

Portanto, a mulher negra, enquanto sujeito atravessado por experiências específicas de raça, classe, gênero e sexualidade, ocupa um lugar diferenciado em relação à branquitude, que se estrutura como ponto de privilégio. A articulação dessas opressões interseccionais é central para compreender os efeitos psíquicos das desigualdades estruturais. Segundo Kilomba (2010), a oralidade é um elemento importante nesse contexto, uma vez que a narração de vivências por mulheres negras permite a construção de uma subjetividade que resiste às imposições hegemônicas.

A cor da pele negra, por outro lado, é frequentemente representada como uma forte impressão psíquica traumática, ligada a aspectos históricos, políticos e econômicos. Isso reflete não apenas no sofrimento individual, mas na perpetuação de estigmas coletivos. Essa construção histórica também influencia a solidão da mulher negra, que pode estar relacionada a uma preferência social por mulheres brancas ou de pele mais clara. Essa preferência reforça padrões coloniais que desumanizam e sexualizam o corpo da mulher negra, reduzindo-a a um objeto de satisfação sexual passageiro, como apontado por Corsino e Cordeiro (2023). Essa dinâmica remonta ao período colonial brasileiro, quando mulheres negras desempenhavam funções nas casas-grandes e eram frequentemente exploradas sexualmente pelos senhores de escravos. Além disso, muitas eram forçadas a gerar filhos para suprir a mão de obra escravizada, destacando a desumanização sistemática do corpo negro.

E diante da sociedade com seu corpo político, de resistência se constroem seus

desejos, deixando de introjetar uma subjetividade que não lhe cabe, construindo assim, sua identidade e seus atravessamentos. No Brasil, a manutenção do sistema escravocrata se dá perante a criação de condições em que pessoas racialmente identificadas sejam discriminadas. Os efeitos dessa discriminação impactam na saúde mental de pessoas negras, gerando sofrimento psíquico (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

Apesar de o racismo estrutural ser uma experiência coletiva, cada sujeito negro vive os efeitos dessa opressão de maneira singular, atravessado por contextos específicos de vida e história. A psicanálise, como abordagem teórica escolhida neste estudo, oferece ferramentas para compreender os impactos do racismo no nível do inconsciente, explorando os significados atribuídos ao corpo negro e os processos de resistência psíquica. Segundo Fanon (2008), o racismo internalizado pode gerar um "desmoronamento da personalidade", exigindo que o sujeito negro se reconstrua em meio a narrativas que frequentemente o desumanizam. A psicanálise, portanto, permite um olhar mais profundo sobre a experiência subjetiva, evitando a homogeneização de vivências e valorizando a singularidade do sofrimento psíquico de cada indivíduo.

Freud em 1924, inicia uma tentativa sistematizada de entender o Édipo a partir da perspectiva feminina, no texto "O declínio do Complexo de Édipo". Nele, afirma-se que "o feminino permanece não descoberto", porque ainda não foi possível definir claramente em que ponto do desenvolvimento psíquico os sexos se distinguem, mas constata que o Complexo de Castração compõe a pré-história do Complexo de Édipo na menina (aquele é anterior a este), sendo o componente que até então considerava originário (no caso, o Complexo de Édipo) uma formação secundária, invertida quando comparada ao desenvolvimento masculino. Essa perspectiva trouxe novas reflexões para a psicanálise, embora reconheça-se que as teorizações de Freud sobre o feminino são amplas e multifacetadas.

Entretanto, este trabalho não se propõe a aprofundar todas as formulações freudianas acerca do feminino, dado o escopo limitado desta análise. Cabe, contudo, mencionar que os debates iniciados por Freud impulsionaram posteriores reflexões psicanalíticas que revisitaram e ampliaram os conceitos relacionados à feminilidade e ao desenvolvimento psíquico.

Nisso, durante a década de 1930, existiu uma intensa produção literária sob a sexualidade feminina, especialmente por parte de psicanalistas de segunda geração, como Karl Abraham e Melanie Klein. Estes teóricos se por um lado se opusessem às questões freudianas interligadas ao desenvolvimento sexual feminino, usavam-se predominantemente os conceitos por ele elaborados para começar suas formulações, ainda que para questioná-lo (COSSI, 2020).

Nos seminários proferidos entre 1953 e 1979, o psicanalista francês, Lacan, inicia sua exposição acerca de questões de extrema relevância em sua releitura das teorias freudianas, como a organização do inconsciente a partir de uma estrutura análoga à linguagem, desenvolvida a partir da linguística de Saussure (COSSI, 2016, p. 40). A partir de Lèvi Strauss, formula o conceito de “simbólico” (utilizado posteriormente para a construção de sua tópica R.S.I.: Real, Simbólico e Imaginário), bem como uma releitura da interdição do incesto e do desenvolvimento e resolução do Complexo de Édipo, dentre outros que ocasionaram uma mudança paradigmática na compreensão e sistematização das tópicas freudianas.

Já na década de 1970, é notável a relevância das formulações lacanianas no meio feminista: embora haja uma clara distância entre os estudos norte-americanos de gênero (que pretendiam questionar o poder patriarcal de maneira a reconfigurar a estrutura social a partir do estabelecimento de novos modelos de relação de parentesco, trabalho e ideologia de gênero) e o feminismo psicanalítico francês (que deseja fragilizar a estrutura patriarcal pelo viés da linguagem como maneira de propor a alteração do lugar da mulher no discurso), ambos referenciam suas postulações nas afirmativas de Lacan (FERNANDES & HOLANDA, 2017, p. 203-211). A articulação entre essas reflexões feministas e as discussões sobre necropolítica evidencia como o poder patriarcal opera tanto na construção de subjetividades quanto na produção de existências subalternizadas. Essa relação permite compreender como a linguagem e a imposição de narrativas estruturam as condições de vida e morte simbólica dos indivíduos.

O conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe, aponta como regimes de poder determinam quem pode viver e quem deve morrer. bell hooks amplia essa ideia ao abordar a morte simbólica e existencial, que afeta principalmente as mulheres negras em sociedades estruturalmente racistas e patriarcais. Para hooks, o patriarcado não apenas desumaniza, mas transforma mulheres negras em objetos de opressão sistemática, negando-lhes o status de sujeitos plenos. Ela utiliza os conceitos de "sujeito" e "objeto" para argumentar que sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades e nomear suas histórias” (hooks, 2019, p. 42). Já os objetos, por outro lado, são relegados a existências impostas, onde suas histórias são moldadas pelas narrativas alheias. Essa "morte em vida" conecta-se diretamente às práticas necropolíticas que não apenas aniquilam biologicamente os corpos, mas também os destroem simbolicamente, negando-lhes agência e identidade.

Assim, o presente trabalho se trata de um estudo teórico, sendo apresentado em uma divisão de 5 tópicos, sendo eles: Rotas da Escravidão e Racismo No Brasil, a Imagem e as Significações do Corpo Negro, a Invisibilidade da Mulher Negra e o Lugar de Fala, a Mulher

## Negra e a Psicanálise; De Qual Lugar a Psicanalista Fala e Escuta?

A mulher negra enfrenta múltiplas formas de violência, sendo submetida a uma dupla opressão que atravessa suas experiências e deixa marcas profundas na constituição de sua subjetividade. Nesse contexto, o presente estudo visa refletir sobre o lugar de fala dessas mulheres, considerando também a capacidade de escuta do psicanalista, que deve reconhecer, no outro, um sujeito único, mas que se configura a partir das experiências subjetivas e da posição social que ocupa.

## MÉTODOS

O presente estudo adota uma abordagem teórica, centrada na análise e interpretação de obras de autoras e psicanalistas negras que discutem a mulher negra, suas vivências e sua posição na sociedade. O trabalho baseia-se na análise crítica de algum dos textos de Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, bell hooks, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza e outras autoras negras de grande destaque, buscando estabelecer um diálogo entre suas produções. O objetivo é refletir sobre o lugar de fala da mulher negra e a escuta do psicanalista, considerando a construção da subjetividade e a localização social dessas mulheres. A metodologia consiste em um estudo teórico, que através de um levantamento bibliográfico aprofundada, integra as perspectivas dessas autoras para construir uma reflexão que enriqueça a compreensão das dinâmicas de opressão e resistência relacionadas à mulher negra e à psicanálise.

No contexto deste estudo, o processo de escrita envolve a análise crítica das obras das autoras selecionadas, situando suas reflexões em um diálogo que articula a psicanálise e o feminismo negro, proporcionando um entendimento mais amplo e integrado das questões que atravessam a experiência da mulher negra. As autoras escolhidas para este trabalho foram selecionadas por sua relevância histórica e acadêmica, bem como pela profundidade de suas contribuições sobre o feminismo negro e a psicanálise.

- Djamila Ribeiro: Referência no feminismo negro contemporâneo, Ribeiro é conhecida por suas reflexões sobre o lugar de fala e a interseccionalidade, temas essenciais para compreender as experiências das mulheres negras em uma sociedade racista e patriarcal. Desta autora foram utilizados os seguintes textos: *“Pequeno Manual Antirracista”* e *“O que é lugar de fala? Coleção Feminismos Plurais”*.

- Grada Kilomba: Sua obra associa psicanálise e racismo, discutindo as feridas psicológicas do colonialismo e como essas dinâmicas estruturam a subjetividade

dos sujeitos negros. Desta fora utilizado o “*Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*” e “*O que é lugar de fala? Coleção Feminismos Plurais*”.

- bell hooks: Teórica importante do feminismo negro, Hooks explora questões de raça, gênero e classe, trazendo uma análise profunda das relações de poder e das construções de subjetividade. Desta autora foram utilizados “*E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*”, “*Olhares Negros: Raça e Representação*” e “*Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos*”

- Lélia Gonzalez: Intelectual brasileira fundamental, Gonzalez destacou as intersecções entre raça, classe, gênero e colonialismo, especialmente no contexto latino-americano, cunhando o termo “amerifricanidade” para discutir a especificidade da diáspora africana no continente. Desta autora foram utilizados “*A categoria político-cultural de africanidade*”, “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”

- Neusa Santos Souza: Psicanalista pioneira, sua obra *Tornar-se Negro* explora os impactos psicológicos do racismo na constituição da subjetividade de pessoas negras, abordando temas como o auto ódio e os desafios de subjetivação em uma sociedade racista. Desta autora fora utilizado “*O lugar de fala da mulher negra*”

Essas autoras foram escolhidas por abordarem temas cruciais para o estudo, como opressão, racismo, colonialidade, subjetividade e resistência. Suas obras possibilitam a construção de um diálogo interdisciplinar que amplia a compreensão das questões enfrentadas pela mulher negra e como essas experiências podem ser pensadas à luz da psicanálise.

A elaboração do texto consiste em articular as contribuições dessas autoras em um diálogo que vá além da simples apresentação de suas ideias, o texto não apenas sintetiza, mas também amplia o debate sobre o lugar de fala, a subjetividade e a escuta psicanalítica.

As buscas dos materiais bibliográficos foram realizadas nas plataformas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (PubMed).

Para delimitar o campo de investigação, os artigos foram selecionados nos idiomas português, inglês e espanhol, estando entre a janela de tempo de 2014 à 2024, para a seleção foram incluídas: leitura de título, resumo e descritores. As associações do termos escolhido foram utilizados os operadores booleanos “AND” e “OR” para relacionar utilizando os seguintes descritores: ‘Psicanálise/Psychoanalysis; ‘Mulher negra/Black woman’,

‘Gênero/Gender’, ‘Interseccionalidade/Intersectionality’, ‘Sociedade/Society’.

Para critérios de inclusão considerou-se: Estudos de revisão de literatura, ensaios clínicos randomizados, publicados entre os anos de 2014 e 2024, artigos gratuitos, que contivessem no mínimo dois descritores selecionados no título ou resumo e que apresentassem texto completo.

Para critérios de exclusão considerou-se: artigos de revisão sistemática, que não se encaixavam nos critérios de inclusão, publicados fora da janela de tempo estipulada, artigos duplicados, ou incompletos, ou que não descrevessem as contribuições da psicanálise para se pensar a posição da mulher negra na sociedade.

## **RACISMO NO BRASIL**

Para entender como se apresenta a “contaminação das estruturas psíquicas de mulheres e homens negros pelas condições objetivas” (NOGUEIRA, 2017), temos que direcionar para as condições socioeconômicas e as representações ideológicas construídas historicamente na cultura brasileira. Esse processo de contaminação refere-se à internalização de narrativas e estruturas racistas que moldam a subjetividade de pessoas negras, comprometendo sua constituição psíquica e emocional. Pensando, através da obra autora Djamila Ribeiro (2019), que cada contexto histórico gera a estrutura psíquica necessária para sua manutenção e que os efeitos perversos do racismo vão além dos efeitos socialmente perversos e manifestos.

Os negros chegaram ao Brasil na metade do século XVI, transportados para trabalho escravo nas fazendas, vindos de diversas regiões do continente africano. Com línguas, culturas, tradições e religiões variadas que dificultavam a comunicação, a população negra foi forçada à escravidão num meio geográfico e cultural desconhecido. Nesse processo de transculturação foram destituídos de sua condição humana, pela brutalização das condições de cativeiro a que foram submetidos (RIBEIRO, 2017).

Nisso, perderam suas identidades originais e uma nova identidade negra se constituiu: nova existência e novos modos de resistência. A promulgação da Lei Áurea em 1888 não os libertou da condição de escravos, porque não os incluiu na sociedade. A substituição da mão de obra pelos imigrantes europeus teve como consequência a ausência de remuneração para seu autossustento, o que acarretou no trabalho doméstico em troca de comida e algum lugar pra dormir.

Sendo relegados a um não-lugar social, sendo marginalizados e marcados pela cor que os diferenciava, objeto de utilização do outro, ou seja, uma identidade que não correspondia a um lugar de sujeito, mas de assujeitado ao outro.

Na *A última abolição*, documentário realizado pela diretora Alice Gomes (GLOBO FILMES, 2018), a história do Brasil, último país ocidental a abolir a escravidão, é demonstrado pelo vértice dos movimentos abolicionistas, a resistência escrava e o protagonismo do povo negro na luta por sua liberação. O documentário ressalta que o papel das mulheres negras na resistência: no cotidiano das cidades, eram as mulheres que lutavam pela abolição e esse registro histórico foi recuperado nos documentos públicos, como ocorrências policiais, ações de pedido de alforria, etc. Assim, em torno de 700 mil pessoas foram oficialmente “beneficiadas” pela Lei Áurea (SANTOS, 2008, p.83-96). Após a abolição da escravatura, negros e negras no Brasil enfrentaram um abandono estatal que perpetuou sua marginalização. Práticas culturais e de subsistência, como o curandeirismo, a capoeira e a mendicância, foram criminalizadas, e a "vadiagem" tornou-se delito, restringindo ainda mais suas liberdades. A filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro (2002) argumenta que esse abandono configura uma política de genocídio que persiste até os dias atuais.

Diante desse contexto, pessoas negras representam 55% da população brasileira (IBGE, 2017), sendo analisados, além da cor, pela vulnerável condição de moradia, saúde e escolaridade que os acompanha. Convivem com um aparente amparo legal, como se tivessem os mesmos direitos de qualquer outro cidadão. Mas será que possuem?! O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 2015 (IPEA/ ONU MULHERES/ MJ) valida que as mulheres negras são as mais impactadas: chefiam 41% das famílias negras e recebem, em média, 58% da renda das mulheres que são brancas. Entre as mulheres executivas nas maiores empresas brasileiras, as negras representam 0,4% do total.

Com isso, o Atlas da Violência 2018 (IPEA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA) traz outro número alarmante: o Brasil mata 71% mais mulheres negras do que brancas. Nos últimos 15 anos, o assassinato de mulheres brancas vem decaindo e o de negras só aumentando. As mulheres negras também são as maiores vítimas de violência doméstica (58,68% em 2015), violência obstétrica (65,4%) e mortalidade materna (53,6%), de acordo com Ministério da Saúde e Fiocruz.

Pesquisas indicam que barreiras estruturais, como o racismo institucional e a falta de interseccionalidade nas políticas públicas, resultam em um atendimento insuficiente para as demandas específicas das mulheres negras e parda (GONZALEZ, 2019). Os dados apresentam a invisibilidade da realidade das negras no discurso hegemônico, quando se defende que

políticas públicas devem ser para todos, e até mesmo no movimento feminista, quando se universaliza a questão da desigualdade de mulheres em relação aos homens. É necessário nomear que mulheres negras estão num lugar de maior vulnerabilidade social do que “mulheres em geral”, para que suas realidades sejam reconhecidas (RIBEIRO, 2017). Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra, alerta para a exclusão das mulheres negras, quando de universaliza a questão da mulher, e a história tem demonstrado que a invisibilidade mata. Exemplo disso é quando Djamila coloca em seu texto que mulheres ganham em média 30% a menos do que os homens no Brasil, sugerindo que todas as mulheres como formassem um grupo homogêneo. No entanto, mulheres negras enfrentam condições ainda mais desfavoráveis, recebendo salários muito inferiores tanto aos dos homens brancos quanto aos das mulheres brancas. Esse dado, ao não considerar o recorte racial, reforça a exclusão histórica das mulheres negras e ignora as interseccionalidades entre raça e gênero, que intensificam as desigualdades sociais e econômicas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o termo interseccionalidade aparece como método de análise e tem como fonte primária o trabalho da feminista negra Kimberley Crenshaw: “[...] uma consequência problemática da tendência de tratar raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas de experiência e análise” (CRENSHAW, 1989, p.139).

Dias, Souza e Henning também chamam a atenção para o entendimento de que as desigualdades se sobrepõem pois:

“A constituição de desigualdades não pode ser compartimentalizada e se resumir a um debate meramente de gênero, meramente da classe ou apenas sobre raça. O entrelaçamento de distintas e de desigualdades exige reflexões sobre os excedentes que escapam à análise” (DIAS, SOUZA e HENNING, 2020, p.91).

Na obra de Lélia Gonzalez, é ressaltado que as categorias de discriminação não podem ser pensadas de forma isolada, pois os processos de opressão são múltiplos e interconectados. A autora destaca a situação da mulher negra no Brasil, afirmando que, além da discriminação racial, ela enfrenta também a opressão sexista, o que a coloca em uma posição de tripla discriminação. Como a autora esclarece: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (GONZALEZ, 2020, p. 58).

A ideia de tripla discriminação ocupa um papel central na obra de Lélia Gonzalez, manifestando-se em aspectos como a divisão sexual do trabalho, a segregação racial dos espaços e suas formas de organização, além das diversas violências e exclusões enfrentadas pelas mulheres negras. Para a autora, não faz sentido separar essas discriminações, pois elas

atuam de maneira simultânea sobre o corpo da mulher negra. Com essa abordagem, Gonzalez critica a forma como as mulheres negras foram sistematicamente excluídas do movimento feminista hegemônico brasileiro (GONZALE, 2019, p. 11-26).

Desse modo, Gonzalez explicita a necessidade de analisar o Brasil pela perspectiva triádica de gênero, raça e classe, já que essa abordagem destaca os processos recorrentes de desigualdade. A autora torna isso evidente ao apresentar dados sobre disparidades de renda, educação e ocupação de mulheres brancas e negras. Ela ressalta que, embora as mulheres estivessem, na época de sua escrita, ocupando mais postos de trabalho, surgem as questões: qual tipo de trabalho? Em quais funções? Com quais salários?

Ficava claro que as mulheres negras se encontravam majoritariamente em condições de trabalho precárias, herança do período colonial, questão que será aprofundada no decorrer deste trabalho. Segundo Barreto (2005), a utilização de dados qualitativos por Gonzalez reflete um traço herdado de sua militância nos movimentos sociais, especialmente no movimento negro. Esse uso de dados é um dos aspectos que enriquecem sua obra e permitem expor com clareza a realidade brasileira das desigualdades.

Nesse contexto, desarticular as noções de gênero, classe e raça implica em limitar o entendimento a apenas um fator de uma realidade ampla e complexa. Tal perspectiva fragmentada não permite uma compreensão completa das hierarquias sociais e das desigualdades estruturais que atravessam a história brasileira, enraizadas no processo colonial e na formação do que hoje se entende como Brasil.

Numa ótica feminista, Simone de Beauvoir (1949) caracterizou a categoria do outro em seu livro *O segundo sexo* (1949) para afirmar que a mulher não é descrita por si mesma, mas associada a um homem. O termo remete ao lugar de objeto em que a mulher é localizada pelo olhar do homem, na interpretação de Beauvoir. A escritora e artista Grada Kilomba, ativista no feminismo negro, aprofunda essa análise afirmando que as mulheres negras se encontram na categoria de o outro do outro, por serem nem brancas, nem homens (RIBEIRO, 2017).

Assim, mulheres negras vivenciam desse modo uma espécie de “carência dupla, a antítese da branquitude e da masculinidade”, como afirma Djamila Ribeiro (2017). Ou seja, as mulheres brancas têm um status oscilante, porque são mulheres, mas são brancas; o mesmo acontece com relação aos homens negros, porque são negros, mas homens. Nesta perspectiva, mulheres negras, que não são nem brancas, nem homens, teriam a função de outro do outro, e nunca de si mesmas. Nesse sentido é importante descrever e falar sobre a imagem e as significações do corpo negro.

## A IMAGEM E AS SIGNIFICAÇÕES DO CORPO NEGRO

Este lugar de outro do sujeito implica pensar a dimensão significativa do corpo negro no sistema simbólico da cultura, portanto, na maneira como se estrutura essa rede de significações. Trazemos a seguir algumas ideias: Um corpo negro pode se constituir como uma marca de valores sociais. Nele, a sociedade fixa seus valores, expressa representações históricas que interligam atributos morais e intelectuais a estas características físicas. Uma rede de significações inclui ao corpo negro algo indesejável, negativo, por contraste ao corpo branco (RIBEIRO, 2017)

O paradigma é eurocêntrico, da brancura, enquanto lugar de identificação social, cabendo às demais cores de pele, especificamente à cor negra, o contraponto à cor branca. A cor negra ocupa o lugar do oposto, o outro da brancura. Qual o efeito destas marcas socioculturais do racismo? De que modo impactam a constituição subjetiva pela não elaboração do traumático social de uma história de racismo? Do ponto de vista psicanalítico, devemos nos perguntar sobre a dimensão do inconsciente em que o racismo se inscreve, para os brancos e para os negros (GONZALEZ, 2019).

Para analisar a dimensão psíquica do racismo, Isildinha Nogueira (1998) recorre à concepção lacaniana da constituição do sujeito, que atribui à linguagem um papel fundamental na estruturação do indivíduo. Segundo Lacan, a metáfora do Nome-do-Pai é central para essa constituição, pois simboliza a introdução do sujeito na ordem simbólica e na Lei, e está relacionada ao conceito de falta e castração. O "Nome-do-Pai" exerce uma função semelhante tanto em homens quanto em mulheres, sendo que, no caso da criança, ele se manifesta através do falo, um significante que representa a diferença sexual, mas também a ausência ou falta, condição resultante da experiência da castração. Essa falta é psiquicamente elaborada pela criança, pois ela marca o reconhecimento de uma limitação ou separação, algo fundamental na formação do sujeito dentro da estrutura simbólica.

Na perspectiva lacaniana, o Eu é uma construção imaginária a partir da qual o sujeito se objetiva para si mesmo. A criança se desprende da relação com a mãe (lembrando que em Lacan já está posta a contingência absoluta da função materna e função paterna com relação às pessoas que vão encarnar essas funções) e deixa de se observar um só ser com essa, para então se perceber como um outro, um Eu em relação à mãe e aos outros. Isildinha recorre ao “estádio do espelho” lacaniano, em que o Eu só se constrói enquanto representação imaginária pelo outro e em relação ao outro.

Nisso, a criança se identifica com sua imagem especular pelo reconhecimento da mãe: é o olhar do outro que confirma uma integridade do seu corpo na imagem do espelho. No entendimento da autora: se o sujeito se constitui pelo olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro, que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz como significante? (NOGUEIRA, 2017).

Para se a pensar a posição do negro em relação a essas representações interligadas ao corpo, temos que levar em conta a herança escravagista que atribuía a negras e negros o lugar “natural” de mão-de-obra escrava, com condições de vida miseráveis, marcadas por ideias racistas: vindos de terras inférteis, sujeitos preguiçosos e afeitos à vagabundagem, com tendências ao alcoolismo e à marginalidade, vistos como resultado de uma inferioridade racial e potencialmente selvagens.

Na medida em que a pessoa negra é atravessada pelas representações pejorativas em relação ao corpo negro, quais as implicações na construção da imagem desse corpo? Françoise Dolto (1984) propõe que a imagem corporal é uma imagem única, inconsciente e sustentada no narcisismo. Uma construção imaginária, específica para cada sujeito e ligada à sua história. Este conceito, ao abordar a singularidade da imagem corporal, leva à reflexão sobre como essas representações de corpos negros, muitas vezes estigmatizadas e limitadas, influenciam a percepção que o sujeito tem de si mesmo.

Tal afirmação corrobora com a fala de Lacan em *Televisão* (1974/2003): “Deixar esse Outro entregue ao seu modo de gozo, eis o que só será possível não lhe impondo o nosso, não o tomando por subdesenvolvido” (p. 533). Assim, para além de um ódio, de uma agressividade dirigida ao semelhante, o racismo envolve aquilo que toca também ao que resiste à simbolização e à imaginarização, pois o que se odeia é a maneira particular de gozo que se atribui ao Outro. No entanto, esse Outro é o outro em mim. Enfim, o racismo e as expressões pelas quais se manifesta representam o ódio ao próprio gozo. Essa relação entre o racismo e o gozo, como exposto por Lacan, não só reflete a agressão direta ao corpo negro, mas também ressoa na forma como a sociedade resiste a aceitar outras formas de prazer e identidade, levando à marginalização de certos corpos e desejos.

Esse processo se desdobra na sexualização da mulher, especialmente em relação à figura da mulata, que assume uma função e se transforma em um produto de exportação, destacando os desdobramentos desse processo. Gonzalez afirma que a exploração sexual da mulher negra impõe: “[...] processos extremo de alienação imposto pelo sistema” (GONZALEZ, 2020, p. 59), o que questiona a dignidade da mulher negra. Ela também ressalta que: “[...] a superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da

reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 60). Ao oferecer essa nova perspectiva, que quebra com as categorias imaginárias da democracia racial e o ‘mito das três raças’ usadas na fundação do país, Lélia fundamenta sua compreensão sobre o colonialismo.

Para além de uma questão puramente econômica ou um processo histórico-cultural sem conflitos, Lélia (1983, p. 223-224)) entende o colonialismo como um processo que constrói imagens e molda a percepção dos indivíduos, até mesmo seu inconsciente e seus desejos, desejo aqui empregado como conceito da psicanálise, ou seja, o racismo colonial se apresenta como uma construção ideológica.

Diferentemente do esquema corporal, que é a condição de representante da espécie do indivíduo; em geral, o mesmo para todos. Nesse sentido, Isildinha Nogueira (1998) questiona até que ponto seria possível, para o negro, a construção de uma imagem do corpo em que a condição genérica estaria preservada. Relata ela: “Aquilo que por herança nos daria um sentimento de humanidade e pertencimento fica abalado quando muitos negros rejeitam sua conformação física e se tornam desejantes de características físicas que os aproximam ‘do branco’, que os humanizem” (p.78).

Não é raro observar pessoas negras passarem por cirurgias plásticas para realizarem modificações em seu corpo (p. ex., afinarem o nariz). O corpo que deveria trazer um sentimento de humanidade é retaliado pela cor da pele, pelos tipos de cabelo, pelas formas, modos e maneiras que correspondem ao ideal de branquidão. Em resumo, a idealização da branquidão, provoca a invisibilidade da mulher negra e o seu lugar de fala.

## **A MULHER NEGRA E A PSICANÁLISE**

A construção do corpo na psicanálise é a partir de três perspectivas complementares. Do ponto de vista real, o corpo é sinônimo de gozo; do ponto de vista simbólico, o corpo é significativo “conjunto de elementos diferenciados entre si e que determinam um ato no outro”; e como corpo imaginário, identificado como uma imagem externa e prenhe, que desperta o sentido num sujeito” (NOGUEIRA, 1998. p.73).

Se o corpo real corresponde ao lugar de gozo na dimensão da falta, que produz o objeto A, o corpo imaginário e o corpo simbólico são registrados na dimensão psíquica. O racismo, ao contrário do preconceito, é uma expressão de violência, é um ato, não uma proibição imposta para proteger algo. Mesmo que os negros, neste universo de horror, acreditem conscientemente que essas ameaças racistas não se materializarão, o medo não desaparecerá. Ele carrega seu significado no corpo. Esse pacto da branquidão, que é a construção social que

coloca o branco como o sujeito universal e superior, e o negro como o "outro" inferior, possui um componente narcísico de autopreservação. Na lógica da branquitude, o "diferente" é visto como uma ameaça ao "normal" e ao "universal", o que gera o medo irracional e a necessidade de manter o status quo. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação feita do outro e da forma como reagimos a ele (BENTO, 2022, p. 18).

Partindo da hipótese de que o racismo afeta os negros não somente em nível sociológico, mas também em nível psicológico que não é tangível e visível. Como se dá, para o negro, esse processo de se constituir como sujeito, na medida em que é afetado por esses sentidos? Além da introdução pura e simples, não podem sequer ser explicadas como mera consequência da inferioridade econômica e social, embora seja um fato que impacta a maioria negra, resultado de um processo histórico.

A máscara representa o colonialismo como um todo. Simboliza a política sádica de conquista e domínio e seu domínio brutal para silenciar os chamados Outros: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019. p. 33). Poderiam ser as máscaras também usadas aqui como uma metáfora para calar o silêncio. Neusa Santos Souza em Tornar-se Negro parte de uma "(...) constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, de a esse nível, elaborado pelo negro, acerca de si mesmo" (SOUZA, 1983, p.17).

Desde o aparecimento dos conceitos que englobam a colonialidade do ser, tem se questionado cada vez mais a real eficiência do uso de conceitos e noções coloniais (ocidentais) em comunidades fora do centro do sistema. A fala sangra poesia mais pura para quem consegue ouvir, é a partir da linguagem que podemos acessar o outro e analisar e elaborar potências. No âmbito acadêmico, os estudos sobre as angústias das mulheres se limitavam à branquitude e um ponto importante foi construído para se começar o estudo aqui: A mulher negra não era uma mulher? Sendo assim, não é possível verificar o gênero isolado de raça, de classe e muitas outras questões, porque, como os textos de Evaristo demonstram, a marginalidade não pode ser definida sem aferir a problemática do eu e questões sócio-históricas e culturais.

Ribeiro (2019, p. 37) se vale das reflexões teóricas de Simone de Beauvoir (2019), ao afirmar que em um ambiente androcêntrico, a mulher é o outro por "não ter a reciprocidade do olhar do homem" e também continua a reformular o conceito construído por Grada Kilomba, ao notar que "a mulher negra é o "outro do outro", posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade", reforçada pelas origens coloniais, patriarcais e escravistas no Brasil.

Na obra *Olhos d'água* de Conceição Evaristo, em que experiências sugerem as possibilidades tardias da fala da mulher, capturas de memórias são repetidas em histórias, criando e reimaginando questões sociais que a levam a afirmar que:

“Tudo para as mulheres negras chega de um modo mais tardio, no sentido de alcançar tudo o que é delas de direito. É complicado para elas chegarem nesses lugares. Quando é que Clementina de Jesus sobressai? Com mais de sessenta anos. E a Jovelina Pérola Negra? A própria Ivone Lara, quando ela vai ter mais visibilidade na mídia? Fazendo um adendo ao fato de as citadas serem produtos culturais “são mais democráticos”.

A literatura, tradicionalmente dominada por vozes masculinas brancas, só começou a abrir espaço para as mulheres negras muito tardiamente. Embora o primeiro romance no Brasil tenha sido escrito por Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, as vozes negras femininas demoraram mais tempo a serem reconhecidas (EVARISTO, 2017, s/p). Dentro deste contexto, Carvalho (2018) sugere uma união entre as epistemologias contra colonizadoras e decolonizadoras, destacando que a principal diferença entre elas está no lugar de onde essas epistemologias foram elaboradas. A descolonização, segundo o autor, parte dos grupos raciais dominantes, como os brancos, que, ao perceberem que a manutenção da colonização depende da centralização do conhecimento eurocêntrico, decidem racializar esse saber. Em outras palavras, eles buscam manter o conhecimento como algo universal e superior, enquanto as epistemologias decolonizadoras buscam descentralizar e restituir espaço para saberes marginalizados, como os de tradições africanas, indígenas, asiáticas, entre outros. Ou seja, a descolonização não é apenas uma questão de rejeitar o conhecimento eurocêntrico, mas de restituir valor aos saberes das culturas colonizadas e oprimir a noção de que o conhecimento europeu é universal.

Desse modo, é possível imaginar as possibilidades do processo de descolonizar a academia a partir da união da decolonialidade e contra colonialidade. Porque ao passo que a primeira desconstrói as ideias eurocênicas determinadas, a segunda cria outros conceitos formulados contra os colonizadores para construir um espaço multiepistêmico. Temos de um lado estudos coloniais e, de outro ou simultaneamente, o silêncio de produções decoloniais, de modo que o ato de falar e expor não é simples (RODRÍGUEZ, 2014).

A partir disso, que a construção do silenciamento é estrutural, bell hooks (2015) explica que nas instituições de ensino diversas vezes os negros são vistos como sujeitos sem capacidade intelectual. A autora chama a atenção para como essas representações permeiam a atividade escolar e conseqüentemente o ensino superior, os obrigando a nem estudar mais ou a acreditar que não têm condições para isso. Para contemplar essa emergência, examinei uma

série de coletivos e como eles formam espaços de engajamento, formação política e são capazes de ampliar os meios de produção do conhecimento acadêmico.

A graduação colabora também com a construção de relações de apoio e a produção de igualdade e distinção que foram importantes para a permanência na faculdade e a formação política de mulheres negras nesses espaços. O espaço acadêmico é potencialmente hostil, mas ao mesmo tempo um espaço de inúmeras oportunidades, porque fornece a mobilidade social dos sujeitos de aprendizagem, bem como ampliar o sentido de território. Insistir em escrever uma história que sempre foi contada na perspectiva dos colonos, é resistência política.

Nesse sentido, Nilma Lino Gomes - ex-ministra da Secretaria de Política para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério da Mulher, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos no governo da presidente legalmente eleita Dilma Rousseff (2015-2016), apresenta que a própria exigência de escrever a história foi o fator inicial na formação de intelectuais negros: A produção do conhecimento do Movimento Negro, da negra e do negro sobre si mesmos e a realidade que os cercam não têm origem nos bancos acadêmicos nem nos meios políticos.

Isso surgiu na periferia, na experiência da pobreza, na ação cotidiana, nas vivências sociais, na elaboração e reelaboração intelectual de sujeitos negras e negros, muitos dos quais nem sequer foram (e alguns ainda não são) reconhecidos como pesquisadores, intelectuais e produtores de conhecimento (GOMES, 2018, p. 218).

Logo, não precisamos desistir das emoções e da conexão com seu território afim de serem aceitos num mundo que se diz universal e neutro, mas na verdade só é hegemônico. A frustração é uma das táticas da colonialidade para silenciar-los. Conceição Evaristo pontua a escrevivência não podendo ser lida como uma história de ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

É preciso escolher os posicionamentos se pode falar ou não. O objetivo é desafiar a simples suposição de que podemos recuperar o ponto de vista da subalterna. A própria ausência (no centro) da voz da colonizada pode ser lida como emblemática da dificuldade de recuperar tal voz, e como a confirmação de que não existe espaço onde colonizadas podem falar, mas é por meio da comunidade que juntos o silêncio se torna voz, ação, fala e lugar.

## **A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA E O LUGAR DE FALA**

A dupla opressão das mulheres negras resulta da discriminação tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, marginalizando-as pela cor da pele e pelo gênero (hooks, 2019).

Essas marcas psíquicas da realidade sociocultural do racismo e as significações do corpo negro na psique impactam a própria constituição subjetiva das mulheres negras, duplamente marcadas pela ausência, a antítese da branquitude e da masculinidade. Lugar de sujeita duplamente negado, nem mulheres brancas, nem homens, as restando o lugar de outro do outro e a invisibilidade a que historicamente foram submetidas (GONZALEZ, 2020).

Para a escritora Grada Kilomba (2012), professora do Departamento de Estudos de Gênero da Humboldt Universität, em Berlim, as mulheres negras foram inseridas nesta condição em diversos contextos: um debate sobre o racismo onde o sujeito é o homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar. Portanto, as mulheres negras habitariam um espaço vazio, de invisibilidade. A partir daí, pensar no lugar de fala é pensar no lugar social (nas condições socioculturais) que as mulheres negras ocupam.

Assim, o lugar de fala pode servir de contraponto às pessoas que sofrem preconceito racial para falarem por si, reivindicarem seu espaço como protagonistas de sua própria luta. A mulher negra pode falar de seu lugar como mulher e como negra, não somente dentro de suas vivências individuais, mas além disso, de um lugar no qual historicamente indivíduos não tiveram direito à fala e à humanidade.

O termo ‘lugar de fala’ foi criado nos movimentos feministas americanos dos anos 1980 e se popularizou e nos debates na internet. A filósofa panamenha Linda Alcoff (2008), autora de “O problema de falar pelos outros”, nos ajuda a compreendê-lo: “Quem está falando com quem acaba sendo tão importante para o significado e a verdade quanto o que é dito; na verdade, o que é dito acaba mudando, de acordo com quem está falando e quem está ouvindo.” (p. 7).

Um dos diversos pontos de vista feministas procura explicar o lugar de fala como a localização dos grupos nas relações de poder, ponderando elementos da estrutura social como raça, gênero, classe e sexualidade (ou seja, o lugar social que esses grupos ocupam), limita oportunidades e colabora para as desigualdades (RIBEIRO, 2017). Uma mulher negra vai ter experiências diferentes de uma mulher branca em função de sua localização social.

A psicanálise, ao abordar a questão do racismo e da opressão vivida pelas mulheres negras, precisa considerar não apenas as experiências individuais, mas também as questões estruturais, que são profundamente atravessadas pela “localização” social e cultural dessas mulheres. Não se trata de reduzir a experiência da mulher negra ao nível pessoal, mas de reconhecer que, enquanto indivíduo, ela vivencia a opressão de maneira íntima, mas também é afetada por uma realidade social maior que a marginaliza devido ao seu gênero e à sua raça.

Essa perspectiva se fundamenta na ideia de que a experiência psíquica não se configura de forma isolada, mas é moldada por estruturas sociais que impõem limitações e discriminação, afetando a identidade e a constituição subjetiva das mulheres negras. (RIBEIRO, 2017)

O equívoco de se analisar o lugar de fala a partir de indivíduos, em detrimento à reflexão de que indivíduos pertencentes a determinados grupos, partilham experiências similares, é bem exemplificado por Djamila Ribeiro (2017): o fato de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil (MAOA DA VIOLÊNCIA 2017/ONU) mostra que indivíduos negros compartilham experiências de violência estatal por pertencerem ao grupo negro, pelo lugar social que ocupam, e não especificamente pelas suas condições individuais. Um exemplo experienciado por vários psicanalistas são as produções intelectuais e saberes de grupos cujo lugar social é tratado de maneira subalterna, complicando a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Isso implica que, assim como as experiências de violência são coletivas e baseadas no lugar social ocupado, as contribuições intelectuais e culturais dos grupos marginalizados, como os negros, também precisam ser reconhecidas como parte de uma produção coletiva, que resiste à invisibilidade imposta pela estrutura social dominante.

Assim, mais do que compartilhar experiências marcadas pela escravização, racismo e colonialismo, as mulheres negras compartilham também processos de resistência. Este processo de resistência não se limita apenas à ação social, mas se estende ao campo da cultura e da escrita.

Neste estudo, destaco o conceito de "escrevivência", que se refere à experiência vivida e ao processo de escrita como uma forma de resistência e reinterpretação das próprias narrativas. A "escrevivência" é uma categoria que une as experiências vividas dessas mulheres com a prática da escrita, em um contexto de luta contra a opressão histórica. A autora Conceição Evaristo, uma das principais defensoras desse conceito, propõe que, por meio da escrita, as mulheres negras podem afirmar sua identidade, dar voz aos seus sofrimentos e, ao mesmo tempo, expressar suas potências, subvertendo as narrativas impostas pela sociedade colonial e patriarcal. A escrita, portanto, torna-se um meio de reexistência e de afirmação de um lugar de fala próprio. (EVARISTO, 2007)

Torçam para que mulheres negras continuem se rebelando, porque sua força de liderança é ancestral. Com poder de produzir a própria existência, mas também de liderar toda comunidade.

## **DE QUAL LUGAR A PSICANALISTA FALA E ESCUTA?**

Isildinha Nogueira (2017), ao discutir os sentidos que a cor negra e o corpo negro imprimem no inconsciente, parte de sua experiência clínica como psicanalista negra, atenta às questões que atravessam a relação analítica da dupla paciente/analista negros e que se presentificam em seu corpo negro.

Isildinha afirma que, “no limite, permanece o medo de romper a tênue linha da sensibilidade humana e se expor como personagem de seu drama pessoal” (NOGUEIRA, 2017, p. 125). Os psicanalistas, falam e escutam de qual lugar? Do lugar de uma branquitude? De uma negritude? Existe um lugar de neutralidade? Aquele que escuta pode ser empático ao outro, mas não pode sentir a experiência de quem sofre o preconceito, sofrimento encarnado no próprio corpo.

Essa dor de quem vive na própria pele o preconceito é de ordem narcísica, vive um rasgo na própria alma. O analista que não viveu as dores do racismo pode não compreender essas dores e não dar a elas a atenção precisa. É preciso reconhecer a existência do racismo estrutural, naturalizado, na dimensão de nosso próprio inconsciente. (SOUZA, 2016)

Nascida em Viena, portanto, eurocentrado, a psicanálise que efetivamos leva em conta as questões raciais que tem um maior predomínio na forma de ser e estar no Brasil? Considerando a verdade em psicanálise como aquilo que Freud procurou alcançar no tratamento psicanalítico como condição necessária para a mudança psíquica, a psicanálise deve considerar o sujeito de forma a contribuir que lhe seja possível nomear seu sofrimento oriundo de sua conformação a um discurso hegemônico, cujas significações o excluem.

O lugar de fala e de escuta do/a psicanalista, para corresponder à verdade em psicanálise, deve levar em conta os fatores identitários do/a paciente negro/a: sua história, sua cultura, seu grupo, sua singularidade (SILVA, 2017). De maneira geral, a escuta do analista implica não “universalizar” o sujeito do inconsciente, mas considerar um sujeito atravessado pela sua experiência em sua localização social, como descrito acima.

Ou seja, um sujeito em sua singularidade, constituído a partir de suas experiências subjetivas referentes à raça, classe, gênero e sexualidade. Ao considerar os distintos lugares ocupados no laço social, numa perspectiva de elucidar o sofrimento do sujeito, a psicanalista Miriam Debieux Rosa (2016) propõe uma abordagem psicanalítica implicada clínico-política, que possibilita identificar, sinalizar e intervir nas formas sutis de preconceitos, de classe, de raça ou de gênero, presentes nos mecanismos institucionais que desvinculam os indivíduos de sua história pessoal, familiar, social e política (p. 196).

É preciso levar em consideração, na clínica, as questões raciais trazidas pelos pacientes. A primeira referência é Virgínia Leone Bicudo (1910-2003). Mulher, negra, neta de escrava alforriada, primeira mulher a fazer análise na América Latina, primeira psicanalista não-médica no Brasil, primeira a escrever uma tese sobre relações raciais, disseminou o saber psicanalítico no País, mas seu protagonismo e sua história permanecem invisível para muitos. (BRAGA,2018)

No seu estudo da questão racial, Virgínia fez uma leitura não só psicanalítica, mas também antropológica e sociopolítica. Entrevistou 31 pessoas, com o objetivo de compreender as implicações do racismo e do preconceito racial na psique dos indivíduos. O estudo de Bicudo teve como foco evidenciar que o racismo não é apenas um preconceito velado, mas que suas manifestações são internalizadas nas relações sociais, impactando diretamente a vida e o bem-estar dos indivíduos negros. Esse processo de "adoecer" está mais relacionado à discriminação do que à percepção de racismo explícito, criando um sofrimento silencioso e persistente, que se reflete em traumas, angústias e dificuldades emocionais de diferentes ordens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicanálise aborda a questão das identidades como parte da constituição do sujeito, reconhecendo sua importância, enquanto a atuação do psicanalista foca na singularidade de cada indivíduo. Freud, em *O Mal-Estar na Civilização*, propõe que o fundamento do amor está no narcisismo, e que não há amor entre irmãos sem a rejeição do estrangeiro. Nesse contexto, o racismo aparece como um sintoma social, refletindo os mecanismos de defesa do ego que buscam preservar a identidade coletiva em face do "outro", enquanto o totalitarismo moderno revela até onde o ser humano pode chegar ao negar ao outro sua condição de humanidade quando surgem as diferenças, evidenciando os limites da civilização em lidar com a alteridade. (FREUD, 1996)

Ou seja, quanto mais se exige a igualdade entre os indivíduos, mais eles buscam se tornar diferentes. Isso evidencia a importância dos grupos identitários para o fortalecimento das minorias na luta pelos direitos civis, pontuando, desde o período escravocrata no Brasil, o quanto desses direitos foram e ainda são negados às pessoas negras. Esse é um fator que não pode ser minimizado ou ignorado, pois a psicanálise entende que aquilo que não é falado, mostrado ou tratado retorna de alguma forma.

Nesse contexto, o psicanalista não pode se eximir de considerar as questões raciais, ou qualquer outra questão que seja trazida por um sujeito em busca de escuta. A escuta sem julgamento moral, que é uma premissa ética da psicanálise, deve estar focada nos significantes

e não na investigação de uma "realidade" objetiva, visto que o psicanalista deve estar atento às questões históricas que influenciam o sujeito, sem se manter alheio ao contexto social em que está inserido. O sujeito que busca análise tem uma história, marcada por diferenças, e sua fala sobre essa historicidade é central para o processo analítico. O psicanalista pode ser antirracista, mas isso não implica que sua prática deva ser pautada na reprodução de identidades. O racismo no Brasil é um fenômeno histórico e contemporâneo, e não podemos nos distanciar das consequências desse legado que perdura até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRAGA, A. **Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo**. Revista Lacuna, São Paulo, 2018.
- CARVALHO, João. **Epistemologias contra-colonizadoras e decolonizadoras**. 2018.
- CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 78-106.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Violências, racismo e sexismo aprofundam abismo social de negras brasileiras**, 2022.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Mulheres negras e a literatura**. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Olhos d'água** – 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Editora FAP, 2008.
- FREUD, Sigmund. **Repressão**. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1915b).
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de africanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.
- \_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984.

- \_\_\_\_\_. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra escolonizando os currículos.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 217-242.
- HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.** *Mediações, Londrina*, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.
- hooks, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Tradução de Bhuvi Libano. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Olhares Negros: Raça e Representação.** 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of everyday racism.** Münster: Unrast Verlag, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Cor e inconsciente.** In: KON, N.; SILVA, M.; ABUD, C. (Orgs.). *Racismo e o negro no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Apartheid Psíquico: Racismo e Sofrimento.** *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- \_\_\_\_\_. **O que é lugar de fala? Coleção Feminismos Plurais.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SANTOS, Jaci Maria Furtado dos. **Abolição no Brasil: a construção da liberdade.** *Revista HISTEDBR On-line*, n. 30, p. 83-96, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8639642/7210/10205>. Acesso em: 21 dez. 2024.
- SOUZA, Neusa Santos. **O lugar de fala da mulher negra.** São Paulo: Editora, 2016.
- SILVA, M. L. **Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros.** In: KON, N.; SILVA, M.; ABUD, C. (Orgs.). *Racismo e o negro no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 2017.

ZIZEK, Slavoj. **O que é o sujeito?** São Paulo: Boitempo, 2011.

Alteração de título = sociedade brasileira

A posição de violência a mulher negra

Apenas uma das compreensões que pode nos ter

A experiência negra no Brasil

Mãe preta-

Contribuições que eu poderia inserir

Mudar a mulher negra e a posição de lugar com a mulher negra e o lugar de fala